

CONCEPÇÕES DE LICENCIANDOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA SOBRE A SUPOSTA PRÁTICA DE DOCTRINAÇÃO POLÍTICA-IDEOLÓGICA NAS ESCOLAS

CONCEPTIONS OF UNDERGRADUATES FROM A PUBLIC UNIVERSITY ON POLITICAL-IDEOLOGICAL INDOCTRINATION IN SCHOOLS

CONCEPCIONES DE ESTUDIANTES DE UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA SOBRE ADOCTRINAMIENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO EN LAS ESCUELAS

Robson Borges Maia¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²
Lilian Késia Muniz de Souza³
Rodrigo dos Santos Andrade⁴

Resumo

O objetivo dessa pesquisa foi investigar e analisar as concepções de licenciandos de uma universidade pública do sul do Brasil acerca da suposta doutrinação político-ideológica realizada por professores com os estudantes nas escolas de nosso país. Primeiramente, procuramos compreender o que é, como age e a quem serve a organização Escola sem Partido, tida como a maior responsável pela disseminação da ideia de que os professores praticam doutrinação político-ideológica nas escolas. O estudo, de caráter quanti-qualitativo, contou com a participação de 434 licenciandos. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um *survey*. Os dados coletados foram descritos quantitativamente e analisados qualitativamente por meio de método de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram, dentre outros dados, que quase 20% dos participantes tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema, sendo que a universidade tem perdido espaço como a principal fonte de produção de conhecimento e debate de ideias. Constatou-se também que

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Curso de Psicologia da Universidade Cesumar (UNICESUMAR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1863-4581>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0587468272052341>. E-mail: rb-maia@uol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Mestrado em Educação Inclusiva. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7666-7253>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5273356754482937>. E-mail: sfryaegashi@uem.br

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente temporária do Programa de Educação Especial (PEE), da UNIOESTE/Campus de Toledo. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Escola, Família e Sociedade (GEPEFS). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8623-4685>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6363100297979817>. E-mail: lilian.souza2@unioeste.br

⁴ Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5873-1146>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/821218330906448>. E-mail: rodrigoandradedireito@gmail.com

apenas 25% dos participantes se consideram bem informados sobre esse assunto, o que nos leva a defender a ampliação do acesso à informação qualificada sobre esse tema. Concluímos ser necessária a realização de mais estudos e pesquisas que viabilizem ações formativas consistentes para os futuros educadores, nas quais sejam discutidos o projeto educacional do Escola sem Partido e outros temas atinentes.

Palavras-chave: Licenciandos; Universidade Pública; Escola sem Partido; Doutrinação Ideológica.

Abstract

The objective of this research was to investigate and analyze the conceptions of undergraduate students at a public university in southern Brazil regarding the supposed political-ideological indoctrination carried out by teachers with students in schools in our country. Firstly, we seek to understand what the organization Escola sem Partido is, how it operates and who it serves, considered most responsible for disseminating the idea that teachers practice political-ideological indoctrination in schools. The study, of a quantitative and qualitative nature, had the participation of 434 undergraduate students. A survey was used as a data collection instrument. The collected data were described quantitatively and analyzed qualitatively using the content analysis method. The results showed, among other data, that almost 20% of participants have little or no knowledge on the topic, and the university has lost space as the main source of knowledge production and debate of ideas. It was also found that only 25% of participants consider themselves well informed on this subject, which leads us to defend the expansion of access to qualified information on this topic. We conclude that it is necessary to carry out more studies and research that enable consistent training actions for future educators, in which the educational project of Escola sem Partido and other related topics are discussed.

Keywords: Undergraduates; Public University; Escola sem Partido (School Without Party Movement); Ideological Indoctrination.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue investigar y analizar las concepciones de estudiantes de pregrado de una universidad pública del sur de Brasil sobre el supuesto adoctrinamiento político-ideológico realizado por docentes con estudiantes en escuelas de nuestro país. En primer lugar, buscamos comprender qué es, cómo funciona y a quién sirve la organización Escola sem Partido, considerada la mayor responsable de difundir la idea de que los docentes practican el adoctrinamiento político-ideológico en las escuelas. El estudio, de carácter cuantitativo y cualitativo, contó con la participación de 434 estudiantes de pregrado. Se utilizó una encuesta como instrumento de recolección de datos. Los datos recopilados fueron descritos cuantitativamente y analizados cualitativamente mediante el método de análisis de contenido. Los resultados mostraron, entre otros datos, que casi el 20% de los participantes tiene poco o ningún conocimiento sobre el tema, y la universidad ha perdido espacio como principal fuente de producción de conocimiento y debate de ideas. También se encontró que sólo el 25% de los participantes se consideran bien informados sobre este tema, lo que nos lleva a defender la ampliación del acceso a información calificada sobre este tema. Concluimos que es necesario realizar más estudios e investigaciones que permitan acciones consistentes de formación de futuros educadores, en las que se discuta el proyecto educativo de la Escola sem Partido y otros temas relacionados.

Palabras clave: Licenciandos; Universidad Pública; Escola Sem Partido (Movimiento Escuela Sin Partido); Adoctrinamiento ideológico.

Introdução

A história republicana do Brasil é marcada por momentos em que as liberdades individuais de expressão, manifestação de pensamento, comunicação, crença e ensino sofreram duras restrições. Um desses períodos se deu durante a ditadura militar (1964-1985), quando a nossa sociedade foi gravemente afetada por uma série de medidas

tomadas ao arripio da lei contra todos aqueles que se opunham ou questionavam o que era imposto pelos militares que detinham o poder.

Naquele momento, professores de todos os níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior, estiveram sob controle de um regime autoritário, muitos foram perseguidos e demitidos, tiveram seus espaços de trabalho violados e o conteúdo de suas aulas censurado. Alguns inclusive foram vítimas de violência física e psicológica, sem contar os que desapareceram e nunca foram encontrados.

Esse período de exceção chegou ao fim na década de 1980, com a eleição, ainda que indireta, de um presidente civil, depois de 21 anos de regime militar. O país se encontrava mais uma vez diante do desafio de reconstruir a sua democracia, tendo como marco fundante a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Essa Carta Magna, vigente até hoje, estabeleceu um novo ordenamento jurídico-legal para o nosso Estado Democrático de Direito, extinguindo todas as medidas autoritárias tomadas pelo regime de exceção e efetivando as garantias individuais e sociais a todos os cidadãos.

Não obstante todas as feridas abertas pelo regime militar e todas as conquistas das últimas três décadas advindas do processo de redemocratização, vimos ressurgir nos últimos anos, vozes assumidamente conservadoras, propagando ideias reacionárias relacionadas à formação dos sujeitos nas escolas e, especialmente, questionando o trabalho desenvolvido pelos professores.

Severo, Gonçalves e Estrada (2019) observam que essas vozes foram amplificadas pelas redes e mídias sociais, que representam hoje o principal meio para a disseminação de ideias, sobretudo no campo político-ideológico. Todo esse esforço reacionário culminou no advento de organizações que defendem o fim de uma suposta prática de doutrinação político-ideológica realizada pelos professores nas escolas brasileiras com os seus alunos.

Dentre essas organizações, uma se destaca pela composição do grupo, forma de atuação e propostas defendidas (Frigotto, 2017; Penna, 2018). Trata-se do movimento “Escola Sem Partido”, que em linhas gerais propõe o controle daquilo que é transmitido pelos professores aos alunos na escola, partindo do pressuposto de que “os conhecimentos

que não sejam instrumentais, num sentido capitalista de formação de mão de obra, são meramente uma forma de doutrinação” (Severo, Gonçalves & Estrada, 2019, p. 2).

As características do site, as formas de apresentação das ideias, as formas de condução das ações propostas e a diversidade dos tipos de participantes que se aproximam do Escola sem Partido ou a ele se associam, com maior ou menor organicidade, mostram que a associação aberta é apenas uma face complementar e secundária de sua forma real de **organização**. Sua estrutura organizacional, na verdade, é definida por uma coordenação personalizada bastante autônoma e centralizada, bem como por ramificações sociais e institucionais bem definidas em seus traços partidários e em seus comandos, seja no que diz respeito aos nexos diretos e indiretos do Escola sem Partido com partidos políticos, seja no que diz respeito a seus vínculos com ramos específicos da grande mídia, do parlamento e de segmentos religiosos (Algebaile, 2017, p. 67, grifo nosso).

Segundo o relatório da Human Rights Watch (2022), na última década mais de 200 projetos de lei, inspirados no anteprojeto de lei elaborado pela organização Escola sem Partido, tramitaram nas Assembleias Legislativas de várias Unidades da Federação e em centenas de Câmaras Municipais de todas as regiões do Brasil. Tais projetos postulavam, dentre outras coisas, a proibição, em sala de aula, da prática de doutrinação política e ideológica, bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes, tal como a chamada “ideologia de gênero”.

Em defesa do princípio do pluralismo de ideias, dentre outros consagrados no capítulo sobre educação previsto em nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), vários estudos foram publicados apontando a inconstitucionalidade de tais projetos e revelando também o impacto devastador que a adoção do programa Escola Sem Partido teria para a educação pátria (Cunha, 2016; Frigotto, 2017; Penna *et al*, 2018; Cássio *et al*, 2019).

Além dessas publicações, várias iniciativas de oposição a tais projetos vêm surgindo, como é o caso do blog “Professores contra o Escola Sem Partido”, que começou de forma modesta, como uma página no *Facebook* de reunião e divulgação de notícias relativas aos avanços da organização Escola Sem Partido. Trata-se de um grupo de estudantes e professores contrários aos projetos de lei incentivados por esta organização que tramitam em várias casas legislativas do país. O blog foi criado com o objetivo de

informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do Escola Sem Partido, visando a desconstrução do apoio que o ESP conquistou nos últimos anos.

Outra iniciativa que surgiu como contraponto à organização Escola Sem Partido foi a publicação do Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas (2022), subscrito em conjunto por mais de 50 organizações e articulações de sociedade civil, confederações de trabalhadoras e trabalhadores da educação, instituições científicas, educadores, pesquisadores e ativistas, com o apoio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal, e do Fundo Malala, criado pela Prêmio Nobel da Paz Yousafzai Malala. Este manual entende que a perseguição sofrida pelos professores na atualidade é deliberadamente provocada por organizações como o Escola Sem Partido, que se valem da desinformação geral e de preconceitos para mobilizar, de modo irresponsável, o sentimento das famílias sobre temas naturalmente inquietantes do ensino, tais como política, desigualdades, gênero, sexualidade, racismo etc.

A maioria absoluta desses projetos já foi rejeitada pelas referidas casas de lei, por se tratar de iniciativas flagrantemente inconstitucionais, de acordo com os estudos acima referidos e também conforme o parecer elaborado pelo Ministério Público Federal, na nota técnica encaminhada ao Congresso Nacional por ocasião da discussão deste projeto na Câmara dos Deputados (Ministério Público Federal, 2016).

Entretanto, alguns desses projetos foram aprovados, com destaque para a Lei 7.800, de 05 de maio de 2016, do Estado de Alagoas, que criou, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”, inspirado na proposta do Programa Escola sem Partido. Tal dispositivo legal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A referida ação judicial foi julgada procedente em agosto de 2020 e a Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas foi declarada integralmente inconstitucional, conforme decisão exarado no acórdão da ADI 5537 AL 4001148-30.2016.1.00.0000, que teve como relator o Ministro Luís Roberto Barroso (STF, 2020).

Acreditava-se que a decisão da nossa Suprema Corte colocaria um ponto final no debate em torno desse tema, por ser extensiva a todas as dezenas de projetos de lei que ainda tramitam nas casas de leis Brasil afora.

Todavia, o que se vê nas redes e mídias sociais é que o mesmo permanece aberto. Quase que diariamente são publicadas notícias de perseguição às pautas dos Direitos Humanos e das discussões de gênero e sexualidade nos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de notícias de professores agredidos fisicamente em sala de aula, acusados de doutrinadores. Como se não bastasse, proliferam famílias e políticos que incentivam filmagens em sala de aulas, que se opõem às escolas quanto aos conteúdos escolares, todas essas iniciativas com uma característica em comum: a disseminação do ódio, da intolerância e da discórdia na sociedade. Esse quadro revela o quanto esse tema ainda é presente em nosso cotidiano e nocivo para a formação das futuras gerações.

Neste contexto, entendemos ser indispensável o aprofundamento dos estudos sobre esse tema, principalmente junto aos educadores em formação, já que encontramos uma lacuna nas publicações científicas, que ainda não deram voz a esse público no tocante a este tema.

Deste modo, esse estudo, de cunho quali-quantitativo, teve como objetivo principal investigar e analisar as concepções dos licenciandos de uma universidade pública do sul do Brasil sobre a alegada prática de doutrinação político-ideológica realizada por professores com os estudantes da educação básica.

Como referencial teórico-metodológico adotamos a pedagogia histórico-crítica e outras concepções críticas de educação, tendo como destaque nomes como Paulo Freire, Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto, que inspiraram a maioria dos trabalhos utilizados como referência para esta pesquisa. Consideramos também que o elemento comum entre os mesmos é o reconhecimento da dimensão política da prática educativa. Para esses autores, a construção da liberdade, a transformação social e a emancipação política são valores e metas inegociáveis da educação escolar, que só podem ser alcançados pela ampliação e aprimoramento dos instrumentos indispensáveis às práticas democráticas.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de métodos mistos, que combina dados quantitativos e qualitativos em uma mesma investigação (Creswell, 2007). Por ter a finalidade básica de preencher uma lacuna no conhecimento sobre a temática, a classificamos como exploratória e descritiva, pois para além de proporcionar familiaridade com o problema e construir hipóteses, descreve características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2017).

A pesquisa teve início com um amplo levantamento bibliográfico e documental, utilizando-se de teses, dissertações, artigos acadêmicos, livros, leis, pareceres jurídicos, documentos normativos e afins (Gil, 2017). Essa revisão bibliográfica estruturou o *corpus* de análise para a reflexão e síntese sobre a temática da doutrinação político-ideológica nas escolas.

Cabe ressaltar que as buscas por teses, dissertações e artigos científicos foram realizadas nas plataformas de difusão científica, tais como: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Portal de Periódico também da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*. Foram utilizados como descritores as seguintes palavras: “Licenciandos AND Doutrinação Ideológica” e “Licenciandos AND Escola sem Partido”.

Quanto aos procedimentos técnicos, realizamos um estudo de campo, uma vez que o objeto foi estudado em seu ambiente próprio, e a coleta dos dados foi realizada nas condições naturais dos fenômenos, sem intervenção direta do pesquisador, utilizando-se para tanto de instrumentos que abrangem levantamentos de dados mais descritivos até estudos mais analíticos (Severino, 2013).

A pesquisa foi realizada em universidade pública do sul do Brasil, que conta com 7 Centros de Ensino, sendo que 4 deles oferecem cursos de licenciatura, a saber: Centro de Ciências Biológicas; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Centro de Ciências Exatas.

Participaram da pesquisa 434 alunos de ambos os sexos, regulamente matriculados nos cursos de licenciatura da referida universidade. Segundo informações obtidas junto à essa instituição, em novembro de 2021 havia 4.210 alunos matriculados

em seus cursos de licenciatura. Significa que a amostra de participantes atingiu a meta de participação de 10% do público-alvo sendo que o único critério de inclusão utilizado foi que, para participar da pesquisa, os alunos estivessem regulamente matriculados em algum curso de licenciatura da instituição.

A presente pesquisa utilizou como instrumento para a coleta de dados um *survey* on-line, elaborado pelos autores com base na revisão bibliográfica realizada sobre o tema, contendo questões objetivas, questões baseadas na escala *Likert* (de 5 pontos) e questões discursivas.

O instrumento foi submetido a um estudo piloto com estudantes e ainda foi avaliado por doutores na área da educação. Segundo Gil (2017), um pré-teste é fundamental para a adequação dos instrumentos de pesquisa ao público-alvo, e deve contar com a colaboração tanto de pesquisadores envolvidos com estudos na área em voga, como de pessoas que possuam características semelhantes à da população a ser pesquisada.

O *survey* é um método de pesquisa muito semelhante ao censo, se distinguindo apenas quanto à característica da amostragem a ser estudada. Enquanto o censo analisa dados coletados de uma população completa, o *survey* coleta dados de apenas uma fração dessa população, mas busca-se compreendê-la em sua totalidade, utilizando-se para isso a análise e generalização dos resultados (Babbie, 1999; Duarte, 2010).

Nesta pesquisa utilizamos um tipo específico de *survey*, conhecido como interseccional, pois os dados foram coletados em um momento específico, de uma amostra escolhida para descrever características de uma população maior, em uma mesma ocasião (Babbie, 1999).

O projeto foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da instituição, para devida apreciação e aprovação, sendo aprovado pelo parecer consubstanciado nº 5.116.424.

Em seguida, foi enviada uma carta de anuência à Diretoria de Ensino de Graduação (DEG) da instituição, solicitando a autorização para o envio do *survey* via e-mail aos licenciandos com matrículas ativas nos respectivos cursos de licenciaturas.

De posse da lista de e-mails o nosso público-alvo foi convidado a participar via e-mail institucional dos pesquisadores, com o link de acesso ao *survey on-line*, que foi transposto para um formulário *Google Forms*®. Os e-mails foram enviados na primeira semana de fevereiro de 2022 e reenviados na última semana do mesmo mês. Para ter acesso às perguntas do formulário, os participantes tiveram que dar o aceite ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo orientados também a fazer o *download* do TCLE e do *survey* respondido, em seu e-mail.

Para a análise dos dados utilizamos tanto métodos quantitativos quanto qualitativos. A priori, realizamos uma leitura flutuante dos resultados advindos do *survey* aplicado aos licenciandos participantes da pesquisa, buscando definir o *corpus* de análise.

Salientamos, por fim, que todos os sujeitos participantes da pesquisa tiveram sua identidade preservada, sendo referenciados apenas por pseudônimos atribuídos no decorrer deste trabalho como P1, P2, P3 etc.

Convém ressaltar que em virtude do limite de páginas imposto para esta publicação, selecionamos apenas 28 questões do *survey*, sendo 21 referentes ao perfil sociodemográfico dos participantes 7 questões relacionadas às concepções dos participantes sobre doutrinação político-ideológica nas escolas propriamente ditas.

Resultados e discussão

Caracterização sociodemográfica dos participantes

Como explicado no tópico anterior, antes de investigar as concepções dos sujeitos da pesquisa sobre a suposta prática de doutrinação político-ideológica nas escolas, foi aplicado um questionário sociodemográfico com 21 questões objetivas, para a caracterização sociodemográfica dos participantes.

Do total de participantes, 134 (31%) são homens cisgênero e 272 (63%) são mulheres cisgênero. Os outros 28 (6%) se identificam como não-binária, intersexo, transgênero, travesti e outros. A distribuição dos questionários não previa equivalência relacionada à identidade de gênero do entrevistado, por se tratar de uma amostra por conveniência. Foi esclarecido aos participantes no questionário que o termo cisgênero

refere-se às pessoas que se identificam com o gênero determinado ao nascer, e o termo transgênero às pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascer.

Verificou-se que 282 (65%) participantes se consideram heterossexual, enquanto 96 (22,1%) participantes se consideram bissexual. Gays e lésbicas somam 32 (7,4%) participantes. Há também os que se consideram pansexual (18 participantes) e assexual (6 participantes).

Quanto à cor/raça, temos que 294 (67,7%) participantes se declaram brancos(as), enquanto 84 (19,4%) são pardos(as) e 37 (8,55%) pretos(as). Apenas 18 participantes são amarelos(as) e 1 é indígena.

Quanto à idade, observamos que a maioria dos participantes está entre 18 a 20 anos de idade, sendo 159 (36,6%) do total da pesquisa, seguido de perto pelos participantes com 21 a 23 anos, 143 participantes (32,9%).

Verificamos que 370 (85,3%) participantes da pesquisa são solteiros, 29 (6,7%) são casados e 24 (5,5%) encontram-se em uma união estável. Questionados também se têm filhos(as), 392 (90,3%) participantes não têm filhos(as), 24 (5,5%) têm 1 filho(a) e 12 (2,8%) têm 2 filhos(as). Apenas 6 (1,4%) têm mais que dois filhos(as). Mais da metade mora com os pais, totalizando 247 (56,9%) participantes e 293 (67,5%) moram na cidade na qual fica situada a instituição na qual foi realizada a pesquisa.

Questionados acerca do Centro de Ciências ao qual pertence a licenciatura que o estudante estava cursando, 331 (71,7) responderam que era o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, seguindo de 52 (12%) de alunos do Centro de Ciências Exatas. Em terceiro lugar aparece o Centro de Ciências Biológicas, com 41 participantes (9,4%) e, por último, o Centro de Ciências da Saúde, com 30 participantes (6,9%).

Dentre os respondentes, 265 (61,1%) trabalham e o restante não. Quanto à carga de trabalho semanal, vemos um equilíbrio entre as diversas faixas de duração de trabalho semanal, sendo as duas mais frequentes, de 21 a 30 horas semanais (65 participantes) e mais de 40hs semanais (64 participantes). Quanto ao tipo de vínculo empregatício, quase a metade tem emprego formal, com registro em carteira (127 participantes – 48,5%), 74 participantes fazem estágio (28,2%), 34 (13%) trabalham de modo informal e 27 (10,3%) trabalham como autônomo.

A verificação da renda dos participantes foi feita pelo critério de faixas de Salário-Mínimo, proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um critério de cálculo fácil e objetivo, que divide em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais, mas que leva somente em consideração o salário atual da pessoa e ignora eventuais conquistas e patrimônio.

Para composição da renda foram considerados todos os moradores e todas as fontes de renda que contribuem com a renda familiar. Observamos que 157 (36,2%) participantes são das classes D e 135 (31,1%) da classe E. Juntas, as classes D e E, representam a grande maioria dos pesquisados, com 67,3% do total. Na classe C temos mais 111 (25,6%) participantes, de modo que nas classes A e B temos apenas 31 participantes (7,2%).

Considerando o número de pessoas que moram juntas, observamos que 77 (17,7%) participantes moram em duas pessoas numa mesma casa. Existe uma concentração nos números que vão de duas a quatro pessoas, totalizando 329 (75,8%) participantes. Constatamos ainda que 47 (10,8%) residem sozinhos e 58 (13,4%) somam 5 pessoas ou mais na mesma casa.

Sobre a religião, verificamos que 167 (38,5%) participantes são católicos; 64 (14,7%) são evangélicos e 170 (39,2%) participantes não têm religião. Os demais, num total de 33 participantes (7,6%) estão na categoria outras religiões (ateu, espírita, budista etc.).

No tocante à formação escolar, 293 (67,5%) dos participantes cursaram todo o ensino fundamental somente em escola da rede pública de ensino, enquanto 49 (11,3%) cursaram parte em escola de rede pública e parte em escola da rede privada. Apenas 92 (21,2%) dos participantes cursaram todo o ensino fundamental somente em escola da rede privada. Os dados sobre a formação escolar no ensino médio são bem parecidos, sendo que 280 (64,5%) participantes cursaram todo o ensino médio somente em escola da rede pública de ensino, enquanto 120 (27,65) dos participantes cursaram todo o ensino fundamental somente em escola da rede privada.

Questionados sobre o espectro político-ideológico clássico, 189 (43,5%) participantes consideraram-se de esquerda. É disparada a maior porcentagem, seguido da

centro-esquerda com 79 (18,2%). Juntas, ultrapassam 60%, tendo em terceiro lugar a opção “não me interessa por política”, com 73 respondentes (16,8%).

Ao final foi apresentada uma lista de adjetivos aos respondentes, relacionados às posições político-ideológicas presentes em nossa sociedade, cabendo a eles escolher aquele(s) com o(s) qual(is) eles mais se identificavam, considerando a concepção que cada um fazia do(s) adjetivo(s) escolhido(s). Neste caso, os participantes podiam escolher mais de uma opção (múltipla escolha), de modo que obtivemos 641 respostas. Os adjetivos com as maiores porcentagens foram, respectivamente, progressista, com 214 (49,3%) escolhas, e revolucionário, com 182 (41,9%) escolhas, ressalvando que a porcentagem apresentada é com base no total de participantes e não de respostas dadas à questão.

Concepções dos participantes sobre doutrinação político-ideológica nas escolas

Antes de responderem à seção do *survey*, que trata especificamente das concepções dos participantes sobre doutrinação político-ideológica nas escolas, foi apresentado aos participantes o seguinte conceito: “Doutrinação político-ideológica nas escolas é o processo pelo qual se busca incutir uma doutrina ou conjunto de valores a outrem, de modo que a pessoa doutrinado não questione ou analise criticamente a doutrina que está sendo ensinada”.

Em seguida, foi perguntado se, considerando o conceito apresentado acima, os respondentes já ouviram, leram ou assistiram algo sobre doutrinação político-ideológica nas escolas.

Os resultados revelam que 360 (82,9%) responderam sim. Porém, nos casou surpresa o fato de 74 (17,1%) participantes responderem não à essa questão, dado que mostra o quanto esse assunto ainda não é devidamente explorado na formação inicial dos nossos professores.

Desdobrando a questão anteriormente apresentada, foi perguntado aos participantes onde e como eles entraram em contato com esse assunto. O total de respostas revela que se trata de uma questão de múltipla escolha e as porcentagens foram calculadas com base no número de participantes. Quanto às fontes de informação, a internet foi a fonte mais

citada, 271 vezes, que equivale a 62,4% dos participantes. Em seguida veio a alternativa “conversa com amigos, colegas e familiares”, citada 219 (50,5%) vezes e, em terceiro lugar, veio “a universidade, as discussões em sala de aula”, citada 216 (49,8%) vezes, praticamente empatada com a TV, escolhida por 206 participantes (47,5%).

Esse resultado também é bastante revelador, pois coloca a universidade e as discussões em sala de aula atrás da internet e das conversas com amigos, colegas e familiares. Sabemos que há algum tempo a universidade vem perdendo espaço como a principal fonte de produção de conhecimento e de debate de ideias, e isso deve ser considerado se quisermos fazer o discurso de crítica à proposta da Escola sem Partido circular no ambiente universitário.

Continuando, os participantes foram questionados se já ouviram falar, leram ou assistiram algo sobre a organização Escola sem Partido, o índice aumentou um pouco em relação ao conceito de doutrinação político-ideológica nas escolas, de modo que 380 (87,6%) participantes responderam sim, enquanto 54 (12,4%) participantes admitem não saber nada acerca da organização Escola sem Partido.

Apesar de pequena, essa porcentagem de participantes (12,4%) que nunca ouviram falar, leram ou assistiram algo sobre a organização Escola sem Partido também é significativa levando-se em consideração o público-alvo da pesquisa, qual seja, educadores em sua formação inicial.

Acreditamos que isso se deve, dentre outros aspectos, ao fato de que a expressão “Escola sem Partido” foi muito bem escolhida por essa organização reacionária que almeja retirar da escola a sua dimensão educacional, como nos adverte Penna (2018a). Esse nome explora o enorme desprezo que o nosso povo tem para com a política partidária e os seus políticos profissionais.

Como um dos principais expoentes da pedagogia histórico-crítica, que é diametralmente oposta às ideias defendidas pela Escola sem partido, Saviani (2017, p. 1) nos esclarece que:

[...] na nossa sociedade, a educação é sempre um ato político, dada a subordinação real da educação à política. Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. E é esse o sentido do programa “escola sem partido” que visa, explicitamente, subtrair a escola do

que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, da influência dos partidos de esquerda colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes.

Em seguida, foi perguntado aos participantes onde e como entraram em contato com o assunto Escola sem Partido. Mais uma vez temos uma questão de múltipla escolha e as porcentagens foram calculadas com base no número de participantes. Novamente a internet foi a fonte mais citada, 267 vezes, que equivale a 61,5% dos participantes, tendo em segundo lugar a TV, com 215 (49,5%) participantes, seguida bem de perto pela “universidade, as discussões em sala de aula”, citada 201 (46,3%) vezes.

Mais uma vez vemos a universidade atrás da internet e da TV como fonte de informação confiável e legítima, o que corrobora o que foi já dito sobre a universidade estar perdendo espaço como a principal fonte de produção de conhecimento e de debate de ideias.

Questionados se conheciam algum professor que já foi acusado formalmente de praticar doutrinação político-ideológica com os seus alunos em sala de aula, 105 (24,2%) responderam sim. Isso corresponde a praticamente 1/4 dos participantes e esse dado nos revela que vem se tornando comum acusar professores da prática de doutrinação político-ideológica nas escolas. Linares e Bezerra (2019) argumentam que nos últimos tempos o movimento Escola Sem Partido tem encontrado um ambiente propício para difundir e vocalizar suas posições reacionárias, posto que, desde a destituição do poder da Presidente da República em 2016⁵ vimos se estabelecer no Brasil um “cenário de desalento adequado a tornar crível a assertiva de que a ideologização na educação vinha substituindo o ensino propriamente dito desde o fim da ditadura, resultando em fracos resultados escolares” (Linares & Bezerra, 2019, p. 129).

⁵No ano de 2016, a presidente da república foi destituída do cargo por intermédio do processo de “impeachment”, disciplinado pela Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950 (lei que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento). A destituição da presidente do cargo, para uns transcorreu dentro da normalidade democrática e seguiu rigorosamente o processo previsto na legislação (Lei nº 1.079), mas, para outros o processo foi a instrumentalização de um golpe de estado, isto é, o processo, ainda que previsto em lei, foi apenas um instrumento de derrubada do poder por razões ideológicas e partidárias.

A nosso ver, esse cenário é o principal responsável pelo considerável aumento no número de professores acusados da prática de doutrinação político-ideológica nas escolas, dado que foi confirmado pelo resultado da questão apresentada logo a seguir.

Perguntados se já vivenciaram algum episódio, em seu tempo de escola, que consideram como sendo de doutrinação político-ideológica praticada por professor, 107 (24,7%) participantes afirmam que sim. Os que responderam afirmativamente à essa questão foram convidados a relatar, na questão seguinte, como foi esse episódio. Apesar de não ser uma questão com resposta obrigatória, dos 107 que responderam sim, 66 relataram episódios considerados de doutrinação político-ideológica praticada por professor nas escolas.

Analisando os relatos, constatamos que alguns deles estão alinhados às ideias defendidas pelo movimento Escola sem Partido, mas a maioria está relacionada, segundo Saviani (2017, p. 1) às posições críticas ao sentido deste movimento, que é “subtrair a escola do que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, da influência dos partidos de esquerda colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes”.

Destacamos a seguir, para ilustrar o que foi dito até agora, 20 relatos, do total de 66, dado o limite de páginas desta publicação e também por considerarmos os mais significativos:

P1. Professor de história fazia propaganda antivacina em vídeos, entre outras pautas de direita.

P2. Uma professora de ensino religioso e história quando confrontada sobre o PT ser ruim, pediu ao grupo de estudantes que fizesse um seminário com os argumentos. Se um comentário (mesmo que piada) fosse feito sobre o partido na aula dela, ela perdia a aula falando sobre o PT e seus benefícios.

P3. Na aula de ensino religioso a professora entregou um panfleto onde estava escrito sobre a homossexualidade ser um pecado e errado.

P4. Havia um professor que não dava aula sobre a sua matéria, ele trazia jornais e notícias e apenas tentava impor seu pensamento sobre os assuntos.

P5. Na Universidade, em 2019, teve um docente que, em prévias de greve, teria incentivado os alunos a participarem das manifestações a troco de nada, que isso não beneficiaria os estudantes. No dia seguinte, outro discente disse algo relativo à greve beneficiar os alunos também, assim como o discente do dia anterior afirmou que ocorreria.

P6. O professor, quando falava sobre a sua opção política, falava com tranquilidade. Quando falava da opção política contrária tratava com desprezo, sem dar muita abertura a alunos que tinham opiniões opostas.

P7. Professor falava "eu já fui socialista quando eu era jovem e ingênuo, mas quando eu virei adulto e percebi que eu queria ter um carro, uma lancha, uma casa, eu virei capitalista, porque no socialismo você tem que dividir tudo que é seu e no socialismo não tem competição, então a tecnologia não avança." Falou isso várias vezes.

P8. Meu antigo professor de Sociologia saiu a prefeito pelo PT, distribuía o manifesto do partido comunista para os alunos, levava para encontros do partido, engajava e levava alguns alunos até mesmo a sair para vereador e eu mesmo já participei do partido por influência dele.

P9. Como já estudei em colégios evangélicos, era prática comum cultos religiosos para toda a escola. Um professor de História iniciava todas as suas aulas com uma oração. Além disso, não eram raros os docentes que reproduziam comentários de ordem sexista e lgbtfóbica.

P10. No ensino fundamental tínhamos aula de ensino religioso na qual apenas a religião católica era aceita e discutida, qualquer questionamento sobre outras religiões ou sobre tópicos envolvendo a própria religião católica eram repreendidos pela professora e direção do colégio, todos os alunos tinham que rezar o pai nosso, independente de pertencerem à religião ou não.

P11. Um professor babaca no meu ensino médio queria "converter" meu amigo (gay e ateu) a ser hétero, católico e ainda incentivava a todos da sala a votarem em pessoas de direita.

P12. Por parte de professores de direita completamente alucinados com fake news, bolsonarismo e afins, jurando que existia o "marxismo cultural" nas escolas e que a gente precisava acabar com isso.

P13. Não me lembro de episódios específicos, mas há professores que dizem não aceitar ter alunos de direita. E que querem distância de pessoas apoiadoras do presidente. Acabamos por discutir muitas propostas da esquerda e poucas da direita, sem realmente conhecer e pensar sobre todas as possibilidades apresentadas por cada posicionamento.

P14. Professores de escola particular no modo de ensino preparatório para vestibular, colocando o ensino superior público da UEM como necessariamente de esquerda, fazendo essa colocação de forma pejorativa.

P15. Discurso pró ditadura militar, e responsabilização unilateral de gravidez na adolescência embasado em conceitos misóginos e pedófilos.

P16. Lembro de professores que defendiam arduamente a esquerda e também a direita, criticavam medidas de governo que fossem diferentes do que eles tinham como correto e afins.

P17. Amor por Hitler.

P18. Praticamente todos os dias... é óbvio o esquerdismo na Universidade.

P19. Quando o ocorrido aconteceu eu me encontrava cursando o final do ensino fundamental, a professora a qual estava dando aula proferiu a outro colega de sala que o mesmo deveria abdicar de sua crença se o mesmo fosse seguir futuramente carreira naquela área, pois a mesma acreditava que pelo fato do aluno possuir uma doutrina o mesmo acabaria se prejudicando em tal disciplina.

P20. Em várias situações foi deixado de lado o conteúdo para expor um ódio em "comum", se você fosse alguém que não possuísse o mesmo partido do seu educador ou de seus colegas por influência diária, seria excluído, zombado, podendo até mesmo ser alvo de bullying, a escola se tornou um lugar onde só um lado fala, o outro fica quieto.

Prosseguindo no levantamento de informações, os participantes foram questionados se já ouviram, leram ou assistiram matéria/notícia jornalística sobre algum incidente envolvendo professor e alunos em alguma prática considerada como doutrinação político-ideológica dentro de uma escola. Obtivemos 257 (59,2%) respostas afirmativas à essa questão.

Esse dado merece ser comparado com o resultado da questão anterior, onde foi perguntado se conheciam algum professor que já foi acusado formalmente de praticar doutrinação político-ideológica com os seus alunos em sala de aula.

Constatamos que a diferença entre os que conhecem algum professor formalmente acusado de prática de doutrinação e os que ouviram, leram ou assistiram matéria/notícia

jornalística sobre algum incidente envolvendo professor e alunos em alguma prática de doutrinação é de 35%.

Vale dizer, no primeiro caso temos 105 respostas afirmativas (24,2%) enquanto no segundo o número sobe para 257 (59,2%) respostas afirmativas, diferença que consideramos reveladora de que a maioria dos professores que se envolvem em incidentes caracterizados como doutrinação político-ideológica nas escolas não são formalmente acusados de tal prática.

Esse resultado nos mostra a complexidade e a seriedade do problema, pois se nada for feito seremos testemunhas de um alarmante aumento de denúncias contra professores que supostamente praticam doutrinação nas escolas. A respeito disso, Frigotto (2017, p. 18) nos adverte sobre o “sentido e a gravidade dos sinais de desagregação, de intolerância e de ódio que estão germinando em nossa sociedade”.

O autor destaca o sentido ideológico e político do Escola sem Partido, com as seguintes palavras:

[...] um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (Frigotto, 2017, p.18).

Para encerrar, questionamos os participantes sobre a qualidade da informação e do conhecimento que eles têm sobre o tema desta pesquisa. Os resultados mostram que apenas $\frac{1}{4}$ dos participantes se consideram bem ou muito bem informados sobre esse assunto, enquanto quase a metade (48,8%) dos participantes se consideram razoavelmente informados e em torno de $\frac{1}{4}$ se descrevem como mal ou muito mal informados.

Esses dados evidenciam o quanto esse assunto ainda precisa ser explorado, debatido e aprofundado nas licenciaturas das nossas universidades. “Ensino domiciliar”, “escola que só instrui”, “educação neutra”, “imparcialidade”, “fim da doutrinação”, são algumas das bandeiras apresentadas a nossa sociedade pela Escola sem Partido, sempre de forma ardilosa e sorrateira.

Revista Imagens da Educação, v. 15, n. 3, p. 111-133, jul./set. 2025. ISSN 2179-8427
<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v15i3.73944>



Aos desavisados, todos esses conceitos parecem válidos e indispensáveis a uma educação de qualidade. No entanto, com um olhar mais apurado podemos notar que se trata de uma proposta educacional que pretende esvaziar a escola de sentido, pois exige o impossível: “uma pretensa neutralidade diante dos conflitos e contradições presentes em nossa sociedade” (Linares & Bezerra, 2019, p. 131).

Como antídoto à essas armadilhas, temos a visão lapidar de Freire (1996, p. 110), para quem a qualidade de ser política é inerente à natureza da Educação:

É impossível, na verdade, a neutralidade da educação. E é impossível, não porque professoras e professores “baderneiros” e “subversivos” o determinem. A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política. Quem pensa assim, quem afirma que é por obra deste ou daquele educador, mais ativista que outra coisa, que a educação vira política, não pode esconder a forma depreciativa como entende a política. Pois é na medida mesmo em que a educação é deturpada e diminuída pela ação de “baderneiros” que ela, deixando de ser verdadeira educação, possa a ser política, algo sem valor.

Corroborando, Frigotto (2012, 2021) defende uma educação pública, universal, gratuita, laica e unitária por todas as organizações que defendem os interesses da classe trabalhadora. Nas palavras do autor:

Pública, sem o que não pode ser democrática; universal no sentido de que é direito de todos; **gratuita**, sem o que não se constitui pública e universal; **laica**, por não pertencer nem ao Estado, nem à empresa, igreja ou ONGS, mas à sociedade; e, finalmente, **unitária**, no sentido de dar a cada cidadão o mesmo direito de uma escola de qualidade no acesso ao conhecimento historicamente construído (Frigotto, 2012, p. 19, grifos do autor).

O autor acredita em um projeto emancipatório de educação, no qual o trabalho intelectual e educacional almeje o fortalecimento das lutas que buscam não simplesmente reformar o capitalismo, mas sua superação (Frigotto, 2016). Da mesma forma, almejamos uma formação universitária na qual as diferentes licenciaturas tenham por objetivo a formação de professores críticos e autônomos.

Considerações finais

Este estudo nos ajudou a compreender a complexidade do tema e ampliou sensivelmente o nosso entendimento sobre o discurso da Escola sem Partido e suas consequências para a educação pátria. É urgente e indispensável uma formação para os nossos futuros educadores que os permita compreender e se posicionar diante de todas essas questões defendidas por esse discurso.

Por essa razão insistimos na necessidade da realização de mais estudos e pesquisas que viabilizem ações formativas consistentes para os nossos futuros educadores acerca do projeto educacional do Escola sem Partido, embora nos meios educacionais muita gente acredite ser desnecessário continuar discutindo essas questões, já que a nossa Suprema Corte já declarou a inconstitucionalidade do mesmo (STF, 2020).

Todos os especialistas em educação ouvidos pela Human Rights Watch (2022) ratificam o nosso ponto de vista e apoiam a amplificação do conhecimento sobre as decisões judiciais que declararam a inconstitucionalidade dos projetos inspirados no programa Escola sem Partido. A nossa sociedade precisa entender que os professores têm a liberdade de ensinar garantida pela nossa Constituição Federal de 1988 e também por outros documentos que dispõem sobre o conteúdo a ser ensinado na escola.

De um lado, temos o projeto educacional da organização Escola sem Partido, pautado nas relações de consumo, nos valores do mercado, individualista, meritocrático, com discurso de neutralidade e imparcialidade, enfim, essencialmente político-partidário e já declaradamente inconstitucional. Do outro, se encontra a educação assegurada pela Constituição Federal de 1988, emancipadora, que busca o desenvolvimento do sujeito para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão, como profissional. Uma educação capaz de “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2003, p.25), que ajude o sujeito a compreender a realidade social, econômica, cultural e política de seu país e a transformá-la.

Sem o pleno desenvolvimento do sujeito, como proposto em nossa Constituição Federal, não há que se falar em cidadão e muito menos em participação democrática. Por mais difícil que nos pareça a defesa de uma educação emancipadora, diante das sedutoras

teses da Escola sem Partido só nos resta lutar, se não quisermos viver numa sociedade que se propõe a atender um número cada vez menor de indivíduos.

Maior do que o desânimo frente ao momento histórico que vivemos deve ser o nosso entusiasmo em sustentar uma educação que, segundo Frigotto (2017), desenvolva no educando a capacidade de ler criticamente a realidade e permita que o mesmo se constitua como sujeito autônomo.

Como todo trabalho científico, essa pesquisa se apresenta como instrumento a inspirar muitos outros, sem a menor pretensão de oferecer respostas definitivas para as questões abordadas. A ciência necessita do contraditório, elemento essencial para a construção do conhecimento. Reconhecemos o longo caminho a trilhar, permeado mais pelas questões que permanecem em aberto do que pelas luzes que lançamos sobre o tema proposto. Todo esse esforço foi empreendido, destarte, na esperança de que a nossa sociedade possa amadurecer e ser capaz de dizer “não” a tudo o que fere o direito ao pleno desenvolvimento do ser humano, garantido inclusive pela nossa Carta Magna de 1988.

Referências

- Algebaile, E. (2017). Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: Frigotto, G. (Org.). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP.
- Babbie, E. (1999). *Métodos de pesquisas de Survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.
- Cássio, F. et al. (org). (2019). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, L. A. (2016). *O projeto reacionário de educação*. Rio de Janeiro, edição do autor, 2016.
- Duarte, A. W. B. (2010). Survey. In: Oliveira, D. A.; Duarte, A. M. C.; Vieira, L.M.F. (Orgs). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.

- Frigotto, G. (2012). *Educação e trabalho em tempos de insegurança*. p. 1-21. Recuperado de: <https://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/DIESE.-Artigo.-2012.pdf>
- Frigotto, G. (2016). “Escola Sem Partido”: imposição da mordça aos educadores. *e-Mosaicos - Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ)*, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, p. 11-13. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/24722/17673>.
- Frigotto, G. (2017). A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: Frigotto, G. (Org.). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ; LPP.
- Frigotto, G. (2021). Sociedade e educação no governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 2, n. 2, p. 118-138. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/66270/41708>.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Human Rights Watch. (2022). “Tenho medo, esse era o objetivo deles”: Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil. 2022. Recuperado de: <<https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>>.
- Linares, A; Bezerra, J. E. B. Obscurantismo contra a liberdade de ensinar. In: Cássio, F. et al. (org). (2019). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo.
- Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas (2022). Recuperado de: <<https://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>>.
- Ministério Público Federal. (2016). *Nota Técnica nº 1/2016 PFDC*. Brasília.
- Penna, F. A. (2018a). O Discurso Reacionário de Defesa de Uma “Escola Sem Partido”. In: Solano, E. (Org.). *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo. p.109-113.
- Penna, F. A. (2018b). Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. In: Penna, F. A. et al. (org.). *Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP.
- Saviani, D. “‘Escola sem Partido’: o que isso significa?”. *Portal Vermelho*, 8 set. 2017. Recuperado de: <<https://vermelho.org.br/2017/09/08/dermerval-saviani-escola-sem-partido-o-que-isso-significa/>>.
- Saviani, D. (2003). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.
- Severino, A. J. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. 1ª ed. São Paulo: Cortez.

Severo, R. G., Gonçalves, S. R. V., & Estrada, R. D. (2019). A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3 Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/2175-623684073>>. ISSN 2175-6236.

Supremo Tribunal Federal – STF (2020). *ADI: 5537 AL 4001148-30.2016.1.00.0000*. Relator: Roberto Barroso, Data de Julgamento: 24/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 17/09/2020.

Recebido: 28/09/2024

Aceito: 01/12/2024

Publicado: 30/09/2025

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.